

FAZENDO GÊNERO

ANO IX Nº22 MAR a JUN/05

Um olhar jovem sobre o feminismo

ELCIMAR DIAS PEREIRA*

O movimento feminista surgiu com a perspectiva de combater as desigualdades entre homens e mulheres e questionar as opressões que as mulheres viviam e ainda vivem. Foram muitos anos de lutas e conquistas, lutas que ainda são atuais. Porém, com o passar do tempo e as diversas interações, o movimento percebeu que as desigualdades não existem apenas entre homens e mulheres, mas existem também entre as próprias mulheres, desigualdades essas perceptíveis no que diz respeito às questões de classe, raça, grau de instrução, orientação sexual.

Essa percepção contribuiu com a possibilidade de se ver a realidade das mulheres de outros ângulos, pois o feminismo não é único, existe uma pluralidade de vivências que têm que ser consideradas e que devem fazer parte da pauta do movimento, portanto, podemos dizer que existem vários feminismos. Enfim, a construção do ser mulher não é homogênea e na luta feminista há especificidades que implicam relações de poder. Como lidar com isso? Uma possibilidade seria explicitar as diferenças e ser solidária com as “outras”, já que não podemos viver a dor da/o outra/o que vivencia uma realidade diferenciada da nossa. Identificar tais questões e explicitá-las não é sinônimo de resolução das tensões e conflitos, mas pode ser um início de tomada de consciência, reflexão e atitude. Percebo o feminismo como um dos poucos movimentos que não distinguem hierarquicamente questões de “macroestrutura” das de “microestrutura”, mesmo porque ambas estão sempre em relação e se construindo mutuamente.

Hoje uma das novas pautas do feminismo em relação às especificidades é a questão da juventude. Tanto que no 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe¹, a Juventude é um dos temas transversais, portanto, geração é um assunto que está na pauta atual do movimento e isto pode ser um sinal de transformação e inovação, identificando quais são as novas faces do feminismo. É

importante não só reconhecer isto, como também estimular as lideranças jovens para que possam despontar e enriquecer o movimento, tendo uma maior inserção e autonomia. No entanto, não esqueçamos que estas jovens são algumas das beneficiárias de conquistas das precursoras do feminismo.

O feminismo de hoje não é o mesmo de antes, mesmo continuando atual e necessário. Qual será o rosto deste movimento jovem? Será que a jovem tem algo a oferecer ao movimento? O que implica ser jovem feminista? Há conflito entre as gerações? Quais as especificidades das mulheres jovens? Essas questões estão ressoando por muitos cantos. E ainda não se tem respostas satisfatórias. Diante dessas questões, poderia ousar rascunhar algumas linhas sobre o assunto, porém, aprendi no feminismo que a construção conjunta pode ser uma forma de perceber a realidade de maneira mais ampla e menos solitária, e também uma ótima oportunidade de compartilhar com as pessoas algo que consideramos importante. Aprendi também que o feminismo perpassa nossos corpos, portanto, preciso explicar sobre algumas inquietações e questionamentos que estão no meu corpo e no meu coração de jovem feminista, que talvez possam contribuir para um pontapé inicial para essa discussão. São questões que parecem ser óbvias, mas precisam ser explicitadas.

A discussão sobre juventude não é algo que está sendo descoberto pelo movimento, mas é a discussão do momento, da moda. Isso não significa que não seja importante, pois em toda a história da humanidade nunca houve tantos/as jovens no mundo como hoje: metade dos 6,3 bilhões de



peças do planeta tem menos de 25 anos. Mais de 1 bilhão de jovens estão na faixa dos 10 a 19 anos. Mais de 85% dos/as jovens do mundo vivem hoje nos países em desenvolvimento, e o Brasil, sozinho, é responsável por cerca de 50% dos/as adolescentes e jovens da América Latina². Esses dados são bons indicadores da importância de se trabalhar com essa população, ou seja, o contexto contribui para que a discussão sobre jovens feministas aconteça. Isso leva a crer que a história segue seu curso dentro do feminismo como em qualquer outro espaço.

Outra questão é que ser jovem não é abandonar o passado, mas somar-se a partir dele. Temos um compromisso com a história; não dá pra construir o novo sem levar em consideração o processo histórico. Falar que o antigo não dá espaço para o novo é não reconhecer que o espaço, a voz e a vez não são conquistados por vias de lamentações, e sim pela luta cotidiana dentro do espaço em que estamos inseridas.

Há alguns cuidados que precisam ser tomados para que a ideia de discutir “especificidades” não se torne apenas mais um espaço de poder que não se sabe muito bem pra onde vai, correndo o risco de reinventar a roda e com isto cometer os mesmos erros. Temos que levar em consideração que este detestável e desejável poder nos incomoda e nos enche os olhos. Será que realmente não estamos tendo espaço ou o espaço que “elas” ocupam é que nos incomoda?

Algo que é encantador no feminismo é a ideia de autonomia, mesmo isso trazendo “dores e delícias”. É necessário reconhecer que podemos correr o risco da dependência das “antigas feministas”, esperando aconchegos de mães que devem fazer tudo pelas filhas e nos conceder a vez na história, impedindo o crescimento, dizendo que somos lindas e maravilhosas ao invés de estarmos encontrando-as como parceiras, em que ora podemos nos espelhar ora discordar. Não seremos as mesmas, mas sempre há algo a oferecer, em qualquer momento da vida. Os questionamentos ou críticas das mais “experientes” podem se tornar um estimulador, podendo contribuir para crescimento e para a auto-avaliação.

Fazer parte de um movimento é se dar conta de que ele não se inicia e nem acaba no momento em que entramos ou em nós mesmas. No lugar e no momento em que estamos podemos nos apropriar da história, fazer o presente para contribuir para um futuro melhor, sendo mediada pela propriedade da atualidade e sabedoria da história. Para formar “agentes de novos diálogos”, precisamos conhecer diálogos “antigos”, para somar às novas realidades e não cair no vazio de inventar respostas que já foram dadas.

* Psicóloga, educadora feminista do Grupo Transas do Corpo, coordena projetos e ações para público adolescente e jovem.

1. O 10º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe ocorrerá de 8 a 11 de outubro deste ano, em São Paulo.

2. Fonte: Perfil da População Jovem Brasileira/ IBGE, 2001.

O que está em jogo nas palavras?

Aproximações e afastamentos das Políticas de Gênero x Políticas para Mulheres x Políticas Feministas

BATE PAPO COM ELEONORA MENICUCCI OLIVEIRA¹ E TÂNIA LAGO², MEDIADO POR WILZA VILLELA³

Dois dos mais importantes avanços políticos dos últimos anos foi a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e o lançamento da Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, que visa adequar as propostas do antigo Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulheres, no momento atual de implementação do SUS, às necessidades das mulheres. As feministas brasileiras têm se empenhado bastante em ambas as iniciativas. Este bate-papo busca aprofundar a reflexão sobre o significado dessas iniciativas governamentais, tomando como eixo a problematização do que seria uma política de gênero, uma política para as mulheres e uma política feminista, de modo geral e especificamente no campo da saúde.



Eleonora - Gostaria de começar esta conversa fazendo a distinção entre os três termos.

No meu ponto de vista, uma política de gênero deve retratar o conceito, ou seja, tratar das relações de poder intra e entre os sexos, entendendo a política como embate de forças. Uma política de gênero pressupõe que existe uma relação de poder baseada nos significados atribuídos ao sexo e à sexualidade, e deveria estar voltada para a inclusão de todas as pessoas excluídas do exercício pleno da cidadania em função do sistema sexo/gênero, como as mulheres e as pessoas homossexuais, e também os negros, os portadores de deficiência, os idosos e as crianças, já que parte da sua discriminação resulta no modo como essas pessoas estão situadas nos mercados sexual, produtivo e reprodutivo.

Uma política para mulheres tem uma radicalidade que não tem o gênero, na medida em que introduz um corpo e uma sexualidade concretos, definindo assim o lugar da opressão.

A política feminista se aproxima da proposição anarquista, de não transformar todos em iguais, mas

de garantir o exercício da cidadania de todos, mesmo os considerados diferentes. Dessa forma a política feminista abarca a radicalidade das proposições sobre e para MULHERES, ao mesmo tempo em que incorpora a concepção de que a produção social do sujeito mulher está determinada pelas relações sociais de sexo, o gênero.

Wilza - Tânia, no campo da saúde como você vê essa questão?

Tânia - Bem, aqui no Brasil a primeira formulação de uma política de saúde para as mulheres, o PAISM, estava baseada exatamente nessa radicalidade que a Eleonora aponta. Isto é, previa a atenção à mulher como ser integral e como sujeito e assumia que o processo saúde - doença estava também determinado pela condição de gênero. Nos seus primeiros anos de implementação, o PAISM sofreu com o processo de municipalização necessário para a organização do Sistema Único de Saúde, o que impediu a expansão e o êxito desejados. A partir das formulações sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos, enfatizadas na Conferência do Cairo, é que se coloca a discussão de como

implementar uma política de gênero, tal como a Eleonora definiu, no âmbito da saúde. Parece-me que seria necessário, para responder a essa questão, identificar exatamente que ações no âmbito do setor saúde são imprescindíveis para a garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, e quais envolvem mudanças culturais mais profundas. Um bom exemplo disso são os serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual. Embora o aborto nesses casos não seja punível, e embora exista uma normatização específica do Ministério da Saúde orientando a realização do aborto nesses casos, nem todos os serviços oferecem esse atendimento, assim como nem todas as mulheres que engravidam nessa circunstância conseguem identificar a interrupção da gravidez como um direito legítimo seu, o que demonstra que a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (uma política de gênero) envolve ações e articulações para além do setor saúde.

Wilza - Para terminar eu gostaria de salientar a importância de nós, mulheres feministas, estarmos nos apropriando cada vez mais desses conceitos, de modo a termos

mais instrumentos para o exercício do controle social, bem como de recuperarmos algumas das discussões fundantes do feminismo no Brasil, como trabalho doméstico e trabalho sexual, temas de projetos em tramitação no país, que recolocam o debate sobre o uso social dos corpos das mulheres, para além da maternidade.



Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Av. Antônio Fidélis nº 1811, Pq. Amazônia
Goiânia-Goiás-Brasil - 74.840-090
Tel.: 55 (62) 3095-2301 ou 3095-2302
fazendogenero@transasdocorpo.org.br

www.transasdocorpo.org.br

Apoio:

- Fundação MacArthur
- Fundação Ford
- International Women's Health Coalition

Conselho editorial:

Érica Melo, Pedro Plaza Pinto,
Priscila Marlília Martins e Wilza Villela

Editoria: Joana Plaza Pinto

Redação: Lara Satler

Revisão: Joana Plaza Pinto

Colaboração: Ana Paula Portella, Elcimar
Dias Pereira e Wilza Villela

Editoração: Carla de Abreu (62-223.0566)

Ilustração capa: Lupe (lupehq@brturbo.com.br)

As opiniões presentes nas entrevistas
ou nos artigos publicados são de
responsabilidade de suas autoras e autores.

1. Socióloga, livre-docente da Universidade Federal do Estado de São Paulo

2. Médica, docente da Faculdade de Medicina da Santa Casa da Misericórdia, SP, e coordenadora do Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE)

3. Médica, pesquisadora do Instituto de Saúde, SES/SP

O Programa Saúde da Família e a Saúde da Mulher*

ANA PAULA PORTELLA**

O Programa Saúde da Família (PSF) tem se constituído na principal resposta oferecida pelo governo para a crise do modelo assistencial no Brasil, pretendendo ampliar o acesso à saúde para populações pobres, com atenção básica humanizada e de qualidade, articulada a redes de referência para outros níveis de assistência, orientada pela vigilância à saúde. Enquanto gestava-se o PSF, nós, feministas, lutávamos pelo Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism), um programa vertical, voltado para a saúde da mulher, também marcado pelos princípios da Reforma Sanitária.

Ao final dos anos 90, quando expande-se o PSF, poder-se-ia dizer do Paism que estava mais em processo de extinção do que propriamente de consolidação, dada a fragmentação, fragilidade e baixa qualidade das poucas ações implementadas pelo país. Era comum ouvir entre nós críticas ao Paism, rotulando-o de redutor por não realizar a integralidade a que se propunha, voltando-se basicamente para a saúde reprodutiva. Não logramos, porém, reventar o programa, dando-lhe a radicalidade da qual se originara, nem fomos capazes de questionar ou propor alterações substantivas ao processo de consolidação do SUS e implantação do PSF de modo que a dimensão de gênero estivesse presente na própria estrutura do sistema, do programa e dos serviços.

Nossos esforços de mudança estiveram sempre orientados para a requalificação do Paism, compreendido como um programa que deveria incorporar inovações e construir a capacidade de resposta simultânea para os problemas de saúde da mulher e para as desigualdades de gênero nos serviços de saúde. Dificilmente um programa de saúde teria a capacidade de enfrentar tamanho desafio, que representa a árdua tarefa de articulação entre o global, dado pelas políticas de saúde que têm nas mulheres a maior parte de seu público, e o específico, dado pelas ações de saúde da mulher.

Em Recife, o PSF se institui no final dos anos 90, mas foi em 2001, com a chegada do PT ao poder, que se torna prioridade da gestão. A presença de uma feminista na coordenação de saúde da mulher e a criação da coordenadoria da mulher, levou à formulação do projeto "Como Estão as Relações de Gênero no PSF", constituí-

do de uma pesquisa e um processo de formação das equipes, como primeiro passo para tratar das desigualdades entre homens e mulheres na saúde.

A pesquisa foi realizada em 2003, quando havia 144 equipes de PSF em Recife, atingindo cerca de 58% da população de baixa renda. Nosso objetivo foi compreender como se apresentam as questões de gênero na assistência e no trabalho em saúde no PSF, identificando mecanismos de reprodução,

versas de privilegiamento e clientelismo, fortemente marcadas pelo julgamento moral.

Questões como violência, saúde mental, teste anti-HIV e sexualidade vêm sendo "forçadas" a entrar no modelo, sem que tenha havido qualquer esforço para construir capacidade e qualidade de atenção.

A "cegueira" de gênero do modelo e do Programa permite a reprodução generalizada de valores e atitudes conservadoras. O próprio modelo, ao mesmo tempo em que amplia o acesso e melhora muitos indicadores de saúde, favorece a reprodução de valores e relações sociais conservadoras que contribuem para o agravamento de condições de saúde das mulheres, como no caso das DSTs e da violência.

A desatenção quanto às desigualdades de gênero produz violência institucional e violação de direitos, como nos casos de recusa de assistência às mulheres espancadas, imposição de esterilização, julgamento e constrangimento moral de adolescentes grávidas e discriminação de profissionais do sexo, gays e lésbicas.

Ao ignorar as questões de gênero, o PSF acerta o próprio pé: a boa intenção de garantir boa assistência termina por reforçar e produzir desigualdades e injustiças. Pensar a igualdade de gênero como princípio democrático exige a revisão de posições e ações à luz desse desafio e irá exigir mudanças no desenho institucional tanto no que se refere ao formato das políticas quanto no que toca à distribuição dos recursos humanos, financeiros, técnicos e materiais. O problema, portanto, é muito maior do que a atenção à saúde da mulher e assenta-se no coração das políticas e do sistema de saúde, lá onde estabelecem-se os princípios e modelam-se as estruturas.



perpetuação ou transformação dessas relações. Em 12 unidades básicas, realizamos observação participante, gravação de consultas, acompanhamento a visitas domiciliares e atividades educativas e entrevistas com profissionais.

Dos resultados, destacamos resumidamente os principais problemas que encontramos:

As visitas domiciliares se constituem em momentos perversos de invasão da vida íntima e privada das pessoas, com forte teor de disciplinamento e autoritarismo.

A figura dos/as Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) é profundamente problemática. As relações de proximidade com as pessoas, os valores conservadores compartilhados com a comunidade e a autoridade conferida pelo fato de representar o Estado produzem relações per-

* Texto parcialmente baseado em Schraiber, Lília B.; Portella, Ana Paula; Scott, Russel Parry (consultores). (2004). Relatório do Diagnóstico de Situação do Projeto "Como Estão as Desigualdades de Gênero no PSF?". Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Coordenadoria da Mulher/Secretaria Municipal de Saúde.

** Psicóloga, Coordenadora de Pesquisa do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.



10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

Acontecerá, de 8 a 11 de outubro de 2005, em Praia Grande, litoral de São Paulo, o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, cuja temática central será "Feminismo e Democracia na América-Latina e Caribe". Os debates sobre as linhas de discussão e sobre as metodologias para o 10º Encontro têm resultado numa programação com discussões sobre feminismo em relação à raça/etnia, sexualidade, geração e classe. A realização do 10º Encontro em Praia Grande, em diversas colônias de férias, vai significar uma expressiva redução no custo de inscrições. Acredita-se que inscrições com preços mais acessíveis vão permitir maior participação de diversos segmentos do movimento de mulheres, em especial os de mulheres jovens, rurais, negras e indígenas. Mais informações sobre local de inscrições, detalhamento da programação, oficinas e debates, acompanhe no site <http://www.10feminista.org.br>.

Seminário Direitos Sexuais e Reprodutivos: em defesa de um Estado laico

Nos próximos 28 a 29 de março, das 9 às 12h, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, o Grupo Transas do Corpo realiza o seminário *Direitos Sexuais e Reprodutivos: em defesa de um Estado laico*. O objetivo é construir o diálogo sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos no campo dos Direitos Humanos. Por isso, o seminário vai abordar os temas "Possibilidades jurídicas para a afirmação e implementação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos" e "Direitos Sexuais e Reprodutivos: perspectiva feminista do Novo Código Civil" e vai contar com as exposições de Miriam Ventura, Ney Moura, Jacqueline Pitanguy e Edison Miguel da Silva Júnior. O Seminário é também um evento em comemoração aos 18 anos do Grupo Transas do Corpo. Mais informações: www.transasdocorpo.org.br ou pelo telefone (62) 3095-2301.



Teatro do Oprimido em Goiânia



Aconteceu no último 3 de março, no Shopping Buena Vista, o lançamento do Projeto Teatro do Oprimido, que objetiva formar multiplicadoras/es com a metodologia do Teatro do Oprimido, criada por Augusto Boal, um dos mais importantes dramaturgos brasileiros. O lançamento do projeto de formação contou com apresentações de tecido acrobático, de teatro com o Centro Artístico Brincar Aldeia e ainda músicas da cultura popular com a equipe de artes da Casa da Juventude. As inscrições para a formação com o Centro do Teatro do Oprimido (RJ) são realizadas de 3 a 23 de março, na sede do Grupo Transas do Corpo e da Casa da Juventude ou pelos sites www.transasdocorpo.org.br e www.casadajuventude.org.br.



Seminário Imagem da Mulher na Publicidade

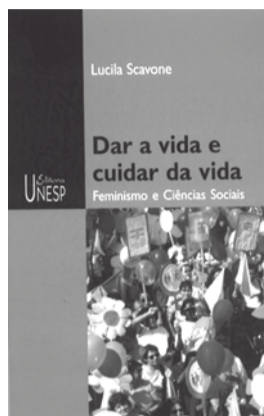
No dia 07 de dezembro de 2004, no auditório da Faculdade Cambury, se realizou a etapa Centro-Oeste do *Seminário Nacional sobre a Mulher na Publicidade*. O que incentivou a realização do evento foi a veiculação de campanha publicitária de uma cervejaria nacional com teor preconceituoso contra a mulher. A iniciativa foi do Comitê Latino-Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), do Instituto para a Promoção da Igualdade (Ipê) e do Instituto Patrícia Galvão de Comunicação e Mídia. As expositoras convidadas foram Sílvia Pimentel, advogada e coordenadora do Cladem/SP, Jacira Melo, coordenadora do Instituto Patrícia Galvão/SP, e Reijane Pinheiro, mestre em sociologia/UFG e professora da Faculdade Cambury. O debate foi aberto por Wilson Pereira, representante do Clube de Criação de Goiás.

1º Fórum de debate de atuação feminina em tecnologia

O 1º Fórum da Mulher na Área Tecnológica aconteceu, em dezembro de 2004, em São Luiz, no Maranhão, com o objetivo de intensificar o reconhecimento da mulher na área tecnológica. Segundo as idealizadoras, em 2004 as mulheres foram vencedoras em todas as categorias do prêmio Jovem Cientista, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ainda desenvolvem alta tecnologia para o Brasil, mesmo assim não tiveram o devido reconhecimento.

Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais

WILZA VILLELA*



SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

Lucila Scavone, livre-docente do departamento de Sociologia da Universidade do Estado de São Paulo, UNESP, campus Araraquara, é do grupo de feministas chamadas de "acadêmicas": feministas inseridas profissionalmente em universidades que articulam a reflexão feminista à produção de conhecimento, possibilitando avançar a compreensão da realidade a partir do olhar das e sobre as mulheres.

A inserção de feministas nos espaços acadêmicos, a partir 1970, possibilitou a construção e disseminação do conceito de gênero e tem contribuído com debates sobre a não neutralidade e não objetividade da ciência e sobre a importância da utilização de métodos de pesquisa que possam buscar aproximações entre a ciência e a experiência humana, no sentido de que os fatos do mundo são construções dinâmicas intra e intersubjetivas.

Em seu livro *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*, Lucila utiliza instrumentos teórico-metodológicos da Sociologia para analisar questões relativas à reprodução humana enquanto processo social, na perspectiva feminista de que os processos de subordinação e opressão das mulheres se articulam em torno da sua capacidade biológica de gerar e parir.

O livro tem nove artigos e aborda, sob diversos ângulos, a problemática da maternidade nos dias atuais. Ao aprofundar a discussão de temas como contracepção, aborto, reprodução assistida ou a crescente incorporação da tecnologia à reprodução humana, Lucila deixa clara a ambigüidade construída em torno da maternidade, ainda significada socialmente como fato natural e constitutivo da idéia de feminilidade, cada vez mais apropriada pelos médicos, pela indústria farmacêutica, num processo de tecnificação que nada tem de natural. Ao longo dos capítulos, torna-se claro que o uso da ciência e a tecnologia nos processos de reprodução humana têm atendido mais a interesses políticos e econômicos que ao direito das mulheres de reproduzir, quando e como quiserem ter filhos com o menor risco possível à sua saúde.

Um destaque é a pesquisa sobre a experiência de mulheres que provocaram aborto. Além da riqueza dos resultados, desperta especial atenção pela descrição da metodologia, dado que existe uma grande dificuldade de realizar investigações sobre aborto. Ainda crime no país, mulheres que abortam sentem-se pouco à vontade de falar dessa experiência.

Valem ressaltar os últimos três artigos que tratam da maternidade, sob o recorte histórico do processo de medicalização da maternidade; a partir dos resultados de uma pesquisa realizada no Maranhão em 1985; e ainda a reflexão que desloca a maternidade de um espaço abstrato e pré-determinado para situá-la no espaço concreto das mudanças pelas quais passam as idéias de família e de sexualidade.

Enfim, *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais* é um presente para nós. Obrigada, Lucila!

* Médica, pesquisadora do Instituto de Saúde, SES/SP